



8 – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

8.1 – Caracterização da Entidade

8.1.1 – IDENTIFICAÇÃO

DESIGNAÇÃO – Município de Vinhais

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL – 501156003

ENDEREÇO – Paços do Concelho
Rua das Freiras, nº 13
5320-326 Vinhais

REGIME FINANCEIRO – Lei das Finanças Locais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

8.1.3 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EFETIVA

A organização interna dos Serviços Municipais foi adoptada pelo modelo da estrutura mista, tendo sido a organização, a estrutura e o funcionamento dos serviços municipais orientada, nos termos do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de Outubro. De acordo com o disposto no art.º 6.º, do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de Outubro, a Assembleia Municipal de Vinhais, em sessão ordinária, de 13 de dezembro de 2013, aprovou, o modelo de estrutura orgânica do Município de Vinhais, definindo o número máximo de unidades orgânicas flexíveis e subunidades orgânicas, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião ordinária, datada de 4 de dezembro de 2013. De harmonia com o disposto no art.º 7.º, do Decreto-Lei 305/2009, de 23 de Outubro, a Câmara Municipal de Vinhais, em reunião de 4 de dezembro de 2013, aprovou, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, criou as unidades orgânicas flexíveis e definiu as respectivas atribuições e competências, dentro dos limites fixados pela Assembleia Municipal. Por despacho do Presidente da Câmara Municipal, nos termos do n.º 5, do art.º 10.º, do diploma

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2015



anteriormente mencionado foram criadas as subunidades orgânicas, dentro dos limites fixados pela Assembleia Municipal de Vinhais.

8.1.4 – ATIVIDADE

Descrição sumária das Atividades:

As principais áreas de atuação da Câmara Municipal de Vinhais enquadram-se nas atribuições e competências definidas legalmente na Lei N.º 175/2013, de 12 de setembro, nomeadamente, nos seguintes domínios operacionais:

- a) Equipamento rural e urbano;
- b) Energia;
- c) Transportes e comunicações;
- d) Educação, ensino e formação profissional;
- e) Património, cultura e ciência;
- f) Tempos livres e desporto;
- g) Saúde;
- h) Ação social;
- i) Habitação;
- j) Proteção civil;
- k) Ambiente e saneamento básico;
- l) Defesa do consumidor;
- m) Promoção do desenvolvimento;
- n) Ordenamento do território e urbanismo.

8.1.5 – RECURSOS HUMANOS

O órgão executivo, durante o ano de 2015, teve a seguinte composição:

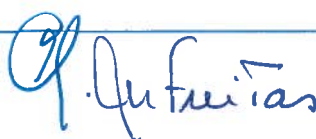
Cargo	Composição	Pelouro
PRESIDENTE DO ORGÃO EXECUTIVO	Américo Jaime Afonso Pereira	Financeira; Pessoal; Obras Públicas; Ação Social; Juntas de Freguesia; Desenvolvimento Rural; Relações Públicas e Comunicação Social.
VICE-PRESIDENTE	Luís dos Santos Fernandes	Obras Particulares; Urbanismo; Ambiente; Transportes; Saúde; Proteção Civil.
VEREADOR	Roberto Carlos de Morais Afonso	Cultura; Educação e Ensino; Turismo; Desporto; Tempos Livres e Pessoal.
VEREADOR	Salvador dos Santos Marques	Obras por administração direta; Armazéns; Oficinas; Equipamentos.
VEREADOR	Maria Antónia Carvalho de Almeida	Sem Pelouro
VEREADOR	Amândio José Rodrigues	Sem Pelouro
VEREADOR	Duarte Manuel Diz Lopes	Sem Pelouro

8.1.6 – ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

Todas as operações e registos contabilísticos são efectuados num único sistema de contabilidade que integra a Contabilidade Orçamental, a Contabilidade Patrimonial e a Contabilidade de Custos ou Analítica, não estando esta última, ainda, adequadamente implementada, em estrita obediência às determinações do POCAL. Os serviços de contabilidade são únicos e organizados de forma centralizada, na Unidade Geral de Administração e Finanças.

As atividades do Núcleo são asseguradas por:

- Contabilidade;
- Aprovisionamento;
- Armazém;
- Património;
- Tesouraria.



PRESTAÇÃO DE CONTAS 2015





O sistema informático que a autarquia utiliza, usualmente designado por SIGMA, é um sistema de informação centralizada assente numa base de dados relacional, desenvolvida pela empresa MEDIDATA NET – Sistemas de Informação para Autarquias, S.A., sendo que as aplicações estão integradas entre si, contribuindo de forma assinalável para garantir a fiabilidade da informação financeira produzida.

8.1.7 – OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

- FUNDOS MUNICIPAIS CONCEDIDOS AO MUNICÍPIO DE VINHAIS EM 2015

	Corrente	Capital
Fundo de Equilíbrio Financeiro	7.686.132,00	854.015,00
Fundo Social Municipal	172.642,00	
Participação Fixa no IRS	82.108,00	

(Unidade: Euro)

- ENCARGOS FINANCEIROS

O Município de Vinhais, não teve qualquer encargo financeiro resultante de empréstimos contraídos pela empresa municipal e ou associações de municípios em que este participa.

8.2 – Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2015

Nota Introdutória

No âmbito dos anexos às demonstrações financeiras e em conformidade com o ponto 8.2 do Dec. Lei 54-A/99 de 22 de fevereiro, o Município de Vinhais apresenta assim as seguintes notas ao balanço e à demonstração de resultados,

com o objetivo de clarificar e evidenciar os factos cuja informação seja relevante na percepção dos mesmos.

As demonstrações financeiras, foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos fundamentais previstos no Plano Oficial de Contabilidade (POCAL), que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2002, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril e Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro. As notas apresentadas, correspondem à numeração definida no POCAL. Nas que a numeração se omite, não são aplicáveis ao Município ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

8.2.3 – Critérios valorimétricos utilizados

As demonstrações financeiras do Município de Vinhais foram preparadas na base da continuidade das operações da entidade, em conformidade com os princípios contabilísticos da entidade contabilística, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação.

- **Imobilizado**

Os bens do ativo imobilizado encontram-se, por regra, valorizados ao custo de aquisição, consideram-se como custo de aquisição de um ativo a soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta ou indiretamente para o colocar no seu estado atual. No caso dos ativos do imobilizado cujo valor de aquisição ou de produção se desconhece, o Município considera o seu valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos adequados à natureza dos bens. No caso de impossibilidade de valorização, os bens assumem valor zero até serem objeto de uma grande reparação, assumindo então o valor desta. Os bens de domínio público que se encontram sob a responsabilidade deste município, sempre que



El. Quefrita

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2015





possível, são valorizados ao custo de aquisição ou de produção. Nos casos em que se desconhece o custo de aquisição ou de produção, aplicam-se os critérios definidos nos parágrafos anteriores. O método adotado para o cálculo das amortizações é o método das quotas constantes.

O valor unitário e as condições em que os elementos do ativo imobilizado sujeitos a depreciação possam ser amortizados num só exercício são definidos na lei. De acordo com o CIBE (Portaria 671/2000, de 17 de abril), em regra, são totalmente amortizados no ano de aquisição ou de produção os bens sujeitos a depreciação, em mais de um ano económico, cujos valores unitários não ultrapassem 80% do índice 100 de escala salarial das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública, reportado ao ano de aquisição e arredondamento a unidade de euros inferior.

- **Existências**

As existências, compostas por mercadorias, matérias-primas, matérias subsidiárias e materiais de consumo, encontram-se valorizadas ao custo de aquisição incluindo as despesas incorridas até ao armazenamento. São movimentadas através do sistema de inventário permanente, sendo o método de custeio das saídas de armazém o Custo Médio Ponderado.

- **Dívidas de e a Terceiros.**

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, não existindo dívidas em moeda estrangeira.

- **Disponibilidades**

Os depósitos em instituições de crédito e as disponibilidades em caixa são expressas pelos saldos de todas as contas de depósitos e os montantes dos meios de pagamento, respetivamente, não existindo disponibilidades em moeda estrangeira.



8.2.7 – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações, de acordo com os seguintes quadros:

Ativo Bruto						
(Unidade: Euro)						
Rubricas	Saldo inicial	Reav.	Aumentos	Alien.	Transferências e abates	Saldo Final
Bens do domínio público:						
Terrenos e recursos naturais	928 149,36					928 149,36
Edifícios						
Outras construções e infra-estruturas	40 183 621,04		1 780 123,52			41 963 744,56
Bens do património histórico, artístico e cultural						
Outros bens do Domínio Público	68 887,96					68 887,96
Imobilizações em curso	1 883 097,70		853 736,03		1 780 123,52	956 710,21
Adiantamentos por conta de bens de domínio público						
	43 063 756,06		2 633 859,55		1 780 123,52	43 917 492,09
Imobilizações Incorpóreas:						
Despesas de instalação						
Despesas investiga. desenvolvimento						
Propriedade industrial outros direitos	2 007,10					2 007,10
Imobilizações em curso						
Adiantamento por conta imob. Incorpor.						
	2 007,10					2 007,10
Imobilizações Corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	114 106,13					114 106,13
Edifícios e outras construções	10 769 720,86		11 664,40			10 781 385,26
Equipamento básico	1 941 733,92		50 708,57			1 992 442,49
Equipamento de transporte	1 272 710,67		26 228,04			1 298 938,71
Ferramentas e utensílios	544 257,24		9 920,66			554 177,90
Equipamento administrativo	1 128 206,55		5 204,18			1 133 410,73
Taras e vasilhames						
Outras imobilizações corpóreas	602 079,15		211 484,24			813 563,39
Imobilizações em curso	2 464 814,53		949 863,49		216 148,64	3 198 529,38
Adiantamento por conta imobilizações corpóreas						
	18 837 629,05		1 265 073,58		216 148,64	19 886 553,99
Investimentos Financeiros:						
Partes de capital	400 537,96		60 160,97		89.760,97	370 937,96
Obrigações e títulos de participação			675 457,43			675 457,43
Investimentos em imóveis:						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Outras aplicações financeiras:						
Depósitos em instituições financeiras						
Títulos da dívida pública						
Outros títulos						
Imobilizações em curso						
Adiantamento por conta de investimentos financeiros						
	400 537,96		735 618,40		89.760,97	1 046 395,39



Amortizações e Provisões				(Unidade: Euro)
Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
Bens do domínio público:				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios				
Outras construções e infra-estruturas	17 994 708,89	1 413 039,24		19 407 748,13
Bens do património histórico, artístico e cultural				
Outros bens do Domínio Publico	52 587,40	3 426,50		56 013,90
Imobilizações em curso				
Adiantamentos por conta de bens de domínio publico				
	18 047 296,29	1 416 465,74		19 463 762,03
Imobilizações Incorpóreas:				
Despesas de instalação				
Despesas investiga. desenvolvimento				
Propriedade industrial outros direitos				
Imobilizações em curso				
Adiantamento por conta imob. incorpor.				
Imobilizações Corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	2 473 238,93	205 429,75		2 678 668,68
Equipamento básico	1 615 624,28	93 327,92		1 708 952,20
Equipamento de transporte	1 096 304,01	44 097,28		1 140 401,29
Ferramentas e utensílios	420 383,16	30 741,83		451 124,99
Equipamento administrativo	1 006 205,48	48 539,12		1 054 744,60
Taras e vasilhames				
Outras imobilizações corpóreas	256 988,02	38 404,51		295 392,53
Imobilizações em curso				
Adiantamento por conta imobilizações corpóreas				
	6 868 743,88	460 540,41		7 329 284,29
Investimentos Financeiros:				
Partes de capital				
Obrigações e títulos de participação				
Investimentos em imóveis:				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções				
Outras aplicações financeiras:				
Depósitos em instituições financeiras				
Títulos da dívida publica				
Outros títulos				
Imobilizações em curso				
Adiantamento por conta de investimentos financeiros				

8.2.15 – Bens de domínio público que não são objecto de Amortização e Indicação das respectivas razões.

De acordo com as disposições legais constantes no CIBE não são susceptíveis de amortização os terrenos, bem como alguns dos bens afectos ao domínio público. Contudo, os bens que não foram ainda objecto de valorização, não estão considerados no imobilizado do activo bruto da Autarquia, no qual ainda não foram sujeitos a qualquer processo de inventariação adequada, estando a aguardar para que se dê o procedimento adequado que possa conduzir à elaboração dos cadastros e respectivos inventários.

8.2.16 – Entidades Participadas

O município de Vinhais tem participação nas seguintes Entidades:

(Unidade: Euro)			
Identificação da Entidade	Sede	% de Participação	Capital Social
Águas do Norte - Grupo de Aguas de Portugal S.A.	Vila Real	0,53 %	10 445 393,13
Proruris, EEM	Vinhais	100 %	50 000,00
Carnes de Vinhais, Lda.	Vinhais	20 %	114 649,85



Q. Freitas



8.2.22 – O valor global das dívidas de cobrança duvidosa em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes no balanço.

O valor global das dívidas de cobrança duvidosa em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes no balanço é de 57 587,68 euros, que dizem respeito a receitas provenientes de cobrança de água (conta 21.8)

	(Unidade: Euro)
21.8 Clientes, contribuintes, utentes de cobrança duvidosa	57 587,68
21.8.1 Cobranças em atraso	2.515,40
21.8.2 Cobranças em litígio	55.072,28

8.2.26 – Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança

As responsabilidades por garantias e cauções prestadas e os recibos para cobrança encontram-se expressos no mapa que se segue:

Código e designação das contas	(Unidade: Euro)					
	Saldo da Gerência Anterior		Movimento anual		Saldo para a gerência seguinte	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Garantias e Cauções		1 261 469,33	115 894,20	85 100,48		1 230 675,61
Recibos para Cobrança	48 219,42		33 358,89	23 990,62	57 587,68	
Total	48 219,42	1 261 469,33	149 253,09	109 091,10	57 587,68	1 230 675,61

Em relação ao quadro acima verifica-se que os fundos em poder do Município relativos a garantias e cauções são de um milhão duzentos e trinta mil, seiscentos e setenta e cinco euros e sessenta e um cêntimos.

8.2.28 – Explicação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma da classe 5 - «Fundo patrimonial», constante do balanço.

No ano de 2015 ocorreram os seguintes movimentos nas contas da classe 5 - «Fundo patrimonial»:

Rubricas	Saldo Inicial	Reduções	Aumentos	(Unidade: Euro)
				Saldo Final
51 - Património	23 661 493,86			23 661 493,86
57 - Reservas	2 965 366,33			2 965 366,33
59 - Resultados Transitados	- 5 215 926,83	- 455 919,14	70 502,09	- 5 601 343,88

- **CONTA 51 – Património** – não foi efectuado qualquer movimento
- **CONTA 57 – Reservas** – não registou qualquer movimento
- **CONTA 59 – Resultados Transitados:**

Justificação	(Unidade: Euro)
	Valor
Receitas referentes ao ano de 2014	43 661,64
Regularizações	26 840,45
TOTAL DOS AUMENTOS (MOVIMENTOS A CRÉDITO)	70 502,09
Faturas referentes ao ano de 2014	190 103,22
Outros custos referentes ao ano de 2014	38 206,71
Transferência do resultado líquido (NEGATIVO) do exercício de 2014	227 609,21
TOTAL DAS DIMINUIÇÕES (MOVIMENTOS A DÉBITO)	455 919,40



G. Freitas





8.2.29 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

(Unidade: Euro)

Movimentos	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências Inicial	70 994,88
Compras	301.815,46
Existências Finais	76 094,33
Custo do exercício	290 004,59

O critério valorimétrico utilizado na determinação do custo de saída das existências foi o custo médio ponderado.

O valor das existências iniciais e finais foi determinado através de contagem física às mesmas.

Não foram constituídas provisões para depreciação de existências de acordo com o princípio da prudência.

8.2.31 – Demonstração dos Resultados Financeiros

(Unidade: Euro)

Códigos das contas	Custos e perdas	Exercício		Códigos das contas	Proveitos e Ganhos	Exercício	
		2015	2014			2015	2014
681	Juros suportados	20 142,26	27 717,77	781	Juros obtidos	11 395,64	17 154,36
682	Perdas em entidades participadas	50 000,00		782	Ganhos em entidades participadas		
683	Amortizações de Investimentos em imóveis			783	Rendimentos de imóveis	646 766,88	615 380,30
684	Provisões para aplicações financeiras			784	Rendimentos de participações de capital		
685	Diferenças de câmbios desfavoráveis			785	Diferença de cambio favoráveis		
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria			787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		
688	Outros custos e perdas financeiras	3 133,90	7 409,80	788	Outros proveitos e ganhos financeiros		
	Resultados Financeiros	584 906,33	597 407,09				
		658 162,52	632 534,66			658 162,52	632 534,66

8.2.32 – Demonstração dos Resultados Extraordinários

(Unidade: Euro)

Código das contas	Custos e perdas	Exercício		Código das contas	Proveitos e Ganhos	Exercício	
		2015	2014			2015	2014
691	Transferências de capital concedidas	968 841,02	894 500,28	791	Restituições de impostos		
692	Dívidas incobráveis			792	Recuperação de dívidas		
693	Perdas em existências	188,18	1 734,06	793	Ganhos em Existências	171,24	3 018,81
694	Perdas em imobilizações		427,50	794	Ganhos em imobilizações		
695	Multas e Penalidades	910,00	727,50	795	Benefícios de penalidades contratuais	9 053,04	10 305,69
696	Aumento de amortizações e de provisões			796	Redução de amortizações e de provisões		
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	73 439,86	90 989,53	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	37 289,85	3 016,98
698	Outros custos e perdas extraordinárias	18 136,81	7 215,83	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	481 577,83	408 974,05
	Resultados Extraordinários	- 533 423,91	- 570 063,46				
		528 091,96	425 315,53			528 091,96	425 315,53

8.2.33 – Outras informações relevantes

O Município de Vinhais prestou no ano de 2008, uma garantia bancária, junto da instituição bancária Caixa Geral de Depósitos, a favor do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu no valor de € 65 440,10, para garantir o pagamento solicitado pelo IGFSE, referente a um pedido de financiamento inserido no programa poefds 05/03. Aguardando-se decisão do processo por parte do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela.

O referido pagamento, tem plano aprovado, o qual está a ser cumprido, mensalmente. Para além da garantia acima mencionada, foram prestadas junto da instituição bancária Caixa Geral de Depósitos, as seguintes garantias:

Produto	Dívida Total	N.º Garantia	Tipo garantia	Garantia
MLP Bonif. Sect Publ.	160 536,12	PT0035901500504659080002	Cons Rec - Mun	495 066,77
MLP Bonif. Sect Publ.	37 652,83	PT0035901500504659080002	Cons Rec - Mun	99 759,58

